



ILHA SERVICE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA

27ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

NIRE 42201524010

CNPJ 85.240.869/0001-66

A) ALCIDES DE BRIDA NETO, brasileiro, natural de Urubici/SC, casado sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, Economista, nascido em 17.03.1968, portador da Cédula de Identidade nº 1.754.012-7, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 636.392.709-91, residente e domiciliado à Avenida Campeche, 1157, Apto 402, Bloco B2, Edif. Residencial Cesarium Club, Campeche, Florianópolis/SC, CEP 88.063-300; e

B) LEANDRO ALFREDO DE BRIDA brasileiro natural de Urubici/SC, nascido em 14.09.1971, casado sob regime de comunhão universal de bens, empresário, Técnico em Eletrônica, portador da Cédula de Identidade nº 2.188.159-6, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 772.258.569-87, residente e domiciliado à Rua Capitão Pedro Leite, 165, Apto 602, Bloco B. Barreiros, São José/SC, CEP 88.117-600; e

C) ALFREDO DE BRIDA, brasileiro, natural de Urubici/SC, casado sob regime de comunhão universal de bens, empresário, nascido em 15.07.1948, portador da Cédula de Identidade nº 346.471-7, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 018.822.799-72, residente e domiciliado à Rua Frei Hilário, 340, Campinas, São José/SC, CEP 88.101-310.

Únicos sócios da empresa **ILHA SERVICE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA**, com contrato social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob NIRE nº 42201524010, inscrito no CNPJ nº 85.240.869/0001-66, estabelecida à Rua Sete de Setembro, 16, Kobrasol, São José/SC, CEP 88.102-030; **Filial 02** registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob NIRE nº 42900782450, inscrita no CNPJ nº 85.240.869/0003-28, estabelecida à Rua 7 de Setembro, 14, Kobrasol, São José/SC, CEP 88.102-030; **Filial 04** registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob NIRE nº 43901791186, inscrita no CNPJ nº 85.240.869/0005-90, estabelecida à Rua General Vitorino, 268, sala 301, Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90020-170; **RESOLVEM**, alterar e consolidar o contrato social em conformidade com a Lei 10.406/02, nos seguintes termos:



1) DO NOME EMPRESARIAL

A sociedade passará a ter como nome empresarial **ILHA SERVICE TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA.**

2) DO OBJETO SOCIAL

A sociedade passará a ter como objeto social:

- Suporte em tecnologia da informação;
- Comércio atacadista e varejista de equipamentos de informática e escritório;
- Importação e exportação de equipamentos de informática (microcomputadores, componentes eletrônicos, suprimentos de informática, impressoras, estabilizadores, no-break, terminais de vídeo, móveis para CPD e software);
- Serviços, manutenção e instalação de equipamentos de informática, telecomunicações, escritório e máquinas;
- Reparação e assistência técnica em equipamentos de informática, telecomunicações, escritório e máquinas;
- Desenvolvimento e comércio de software;
- Locação de equipamentos de informática e telecomunicações;
- Projetos de rede e cabeamento estruturado;
- Instalação lógica e elétrica;
- Terceirização de mão de obra especializada;
- Participação em outras sociedades na condição de sócio ou acionista;
- Representação comercial de equipamentos de informática;
- Fabricação e montagem de equipamentos de informática.

3) DA ALTERAÇÃO DO ENDEREÇO DA FILIAL

Fica alterado, a partir da assinatura da presente alteração contratual, o endereço da **Filial 04**, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, sob o NIRE nº 43901791186, inscrita no CNPJ sob o nº 85.240.869/0005-90, estabelecida à Rua General Vitorino, 268, sala 301, Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90020-170 para a Avenida São Pedro, nº 1533, São Geraldo, Porto Alegre/RS, CEP: 90.230-122.

4) DA ABERTURA DE FILIAL

Fica criada, a partir da assinatura da presente alteração contratual, a **Filial 05** com sede na Rua Pasteur, nº 463, CJ 1302, Andar 13, Água Verde, Curitiba/PR, CEP: 88.250-104.

5) CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

À vista a modificação ora ajustada, e a fim de adaptar-se a Lei 10.406/2002 (Novo Código Civil), resolvem ainda os sócios, consolidar o contrato social, conforme cláusulas a seguir:

Da Denominação e Sede

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade gira sob o nome empresarial de **ILHA SERVICE TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA**, com sede e domicílio à Rua Sete de Setembro, 16, Kobrasol, São José/SC, CEP 88.102-030 (art. 997, II, CC/2002).

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade tem por título do estabelecimento ILHASERVICE TECNOLOGIA.

Das Filiais e Outras Dependências

CLÁUSULA TERCEIRA: A sociedade tem sua **Filial 02** registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob NIRE nº 42900782450, inscrita no CNPJ nº 85.240.869/0003-28, estabelecida à Rua Sete de Setembro, 14, Kobrasol, São José/SC, CEP 88.120-030, iniciou suas atividades em 08.10.2007 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA: A sociedade tem sua **Filial 04** registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob NIRE nº 43901791186, inscrita no CNPJ nº 85.240.869/0005-90, estabelecida à Avenida São Pedro, nº 1533, São Geraldo, Porto Alegre/RS, CEP: 90.230-122, iniciou suas atividades em 24.04.2015 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA: A sociedade tem sua **Filial 05** com sede na Rua Pasteur, nº 463, CJ 1302, Andar 13, Água Verde, Curitiba/PR, CEP: 88.250-104, iniciará suas atividades a partir do registro desta alteração na Junta Comercial e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA SEXTA: A sociedade poderá abrir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional, a critério dos sócios.





- Suporte em tecnologia da informação;
- Comércio atacadista e varejista de equipamentos de informática e escritório;
- Importação e exportação de equipamentos de informática (microcomputadores, componentes eletrônicos, suprimentos de informática, impressoras, estabilizadores, no-break, terminais de vídeo, móveis para CPD e software);
- Serviços, manutenção e instalação de equipamentos de informática, telecomunicações, escritório e máquinas;
- Reparação e assistência técnica em equipamentos de informática, telecomunicações, escritório e máquinas;
- Desenvolvimento e comércio de software;
- Locação de equipamentos de informática e telecomunicações;
- Projetos de rede e cabeamento estruturado;
- Instalação lógica e elétrica;
- Terceirização de mão de obra especializada;
- Participação em outras sociedades na condição de sócio ou acionista;
- Representação comercial de equipamentos de informática;
- Fabricação e montagem de equipamentos de informática.

Do Início e Prazo de Duração

CLÁUSULA OITVA: A sociedade iniciou suas atividades em 01.11.1991 e seu prazo de duração é indeterminado.

Do Capital Social

CLÁUSULA NONA: O capital social é de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) dividido em 5.000.000 (cinco milhões) de quotas no valor de R\$1,00 (um real) cada uma, já integralizado em moeda corrente nacional, reserva de reavaliação de imóveis e lucros acumulados, e fica distribuído entre os sócios da seguinte forma (art. 997, III e 1.055, CC/2002):

Three handwritten signatures in blue ink. The first signature on the left is a stylized, cursive 'B'. The middle signature is a more complex, scribbled mark. The signature on the right is a large, stylized 'Z' or '7' shape.

DUCE

A) ALCIDES DE BRITO NETO, 54%: 2.700.000 (dois milhões e setecentas mil) quotas no valor de R\$2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais);

B) LEANDRO ALFREDO DE BRIDA, 26%: 1.300.000 (um milhão e trezentas mil) quotas no valor de R\$1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais);

C) ALFREDO DE BRIDA, 20%: 1.000.000 (um milhão) de quotas no valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

Da Responsabilidade dos Sócios

CLÁUSULA DÉCIMA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social (art. 1052, CC/2002).

Da Cessão e Transferência das Quotas

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O sócio que pretender vender ou transferir suas quotas deverá notificar por escrito a sociedade, declinando o preço e condições por ele pretendido.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Ocorrendo esta hipótese, a sociedade dará conhecimento do fato aos demais sócios por escrito, os quais no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do recebimento da comunicação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O prazo de preferência no parágrafo anterior poderá ser aumentado, se o consentir o sócio notificante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: As quotas sociais e todos os direitos a elas inerentes são declarados impenhoráveis e não sujeitos à execução por dívidas de qualquer natureza de seus titulares.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Toda cessão ou transferência de quotas entre sócios ou a terceiros estranhos à sociedade fica expressamente condicionada à aprovação dos sócios representantes de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do capital social. Ocorrendo a hipótese, terá preferência para a aquisição de quotas o sócio que possuir o maior número de quotas; não

00000000

excedendo tal sócio seu direito exclusivo de preferência, os demais sócios, na proporção das quotas possuídas e em igualdade de condições, terão direito de preferência para a aquisição de quotas do sócio retirante, cedente ou alienante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: A transferência de quotas decorrente de execução judicial fica sujeito ao direito de preferência acima previsto.

Da Administração

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: A administração e a representação da sociedade são exercidas pelos sócios **ALCIDES DE BRIDA NETO** e **LEANDRO ALFREDO DE BRIDA**, os quais farão uso da administração, em conjunto ou individualmente, com os poderes e atribuições de administrar e representar a sociedade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, sendo autorizado o uso do nome empresarial, a emissão de cheques, duplicatas, bem como endossos, ou qualquer outro tipo de documento que implique responsabilidade da sociedade, vedado no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações, seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como, onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos outros sócios, sob pena de nulidade em relação a sociedade (art. 997, VI; 1064, CC/2002).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Fica expressamente vedado o uso da empresa sob qualquer pretexto ou modalidade, de qualquer sócio, procurador ou funcionário que envolverem a sociedade em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como, fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, obrigando-se também os sócios, a título pessoal, a não outorgar fianças ou avais (art. 1012, CC/2002).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: As deliberações relativas à aprovação das contas dos administradores, aumento ou redução de capital, designação ou destituição de administradores, modo de remuneração, pedido de recuperação judicial, distribuição de lucros, alteração contratual, fusão, cisão e incorporação, e outros assuntos relevantes para a sociedade, serão definidas na reunião de sócios.



CLÁUSULA VIGÉSIMA: A reunião de sócios será realizada em qualquer época, mediante convocação dos administradores ou sócios.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: As deliberações serão aprovadas por 3/4 (três quartos) do capital social, salvo nos casos em que a legislação exigir maior quórum.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: A reunião pode ser dispensada quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que dela seja objeto.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: No exercício do cargo de administradores, os sócios ficam dispensados da prestação de caução.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: Aos administradores é vedado fazerem-se substituir no exercício de suas funções, sendo-lhes facultado, nomearem procuradores, devendo o instrumento de procuração especificar os atos a serem praticados pelos procuradores assim nomeados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: O período de atuação dos mandatários para a prática dos atos e operações determinadas no instrumento de procuração, nunca poderá exceder a um ano. O procurador nomeado poderá ser destituído da função, sem direito a qualquer indenização, por deliberação de no mínimo 2/3 (dois terços) do capital social.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: A sociedade poderá ser administrada por pessoa não sócia, conforme determina o artigo 1.060 da Lei 10.406/2002, mediante a aprovação dos titulares do capital e designado em ato separado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA: Os administradores respondem por todos os atos praticados nos termos dos artigos 1.010 a 1.021 da Lei 10.406/2002.

Do Desimpedimento e Legislação Aplicável

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITVA: Os administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro



nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade (art. 1.011, §1º, CC/2002).

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA: Os casos omissos serão resolvidos pela aplicação dos dispositivos do Código Civil brasileiro e, subsidiariamente, pela Lei das Sociedades Anônimas, sem prejuízo das disposições supervenientes.

Do Exercício Social, Balanço e Contas

CLÁUSULA TRIGÉSIMA: O exercício social, que coincidirá com o ano civil, será de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de cada ano.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, levantar-se-á o inventário do ativo e do passivo e se procederá ao respectivo balanço, o qual será submetido à aprovação dos sócios. Os lucros eventualmente apurados terão a aplicação que os sócios determinarem. Os prejuízos serão suportados na proporção de cada sócio no capital social. A partilha dos lucros verificados obedecerá, da mesma maneira, a proporção das quotas dos sócios (art. 1.065, CC-2002).

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA: As deliberações dos sócios de que trata o caput da cláusula anterior, serão tomadas em reunião, em data fixada correspondente ao último dia útil do mês de março de cada ano, na sede da sociedade, na primeira hora do início do expediente.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA: Havendo impedimento para realização da reunião conforme mencionado na cláusula anterior, será convocada nova reunião, com até oito dias de antecedência, mediante notificação dos sócios, com local, data, hora e ordem do dia.

Da Deliberação Social

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA: Será necessária prévia e expressa aprovação dos sócios que representam a totalidade do capital social para a validade dos seguintes atos (art. 1071, V e 1.076, CC/2002):

- Alteração do objeto e do capital social;
- Venda alienação ou oneração de bens pertencentes ao ativo da empresa;

- Aprovação de empréstimos ou concessão de quaisquer garantias e/ou patrimoniais;
- Fixação da remuneração pró-labore do administrador;
- Transformação, incorporação, dissolução ou cisão da sociedade;
- Ingresso ou exclusão de sócio;
- Aprovação de contas e balanço da sociedade;
- Destinação dos lucros;
- Uso da marca e sua comercialização.

Do Falecimento ou Incapacidade Superveniente

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA: O falecimento ou a retirada de qualquer um dos sócios, não acarretará na dissolução da sociedade, que continuará a existir com outros sócios. Na hipótese de falecimento de qualquer um dos sócios, os herdeiros do sócio falecido, de comum acordo, exercerão direito a quotas. Entretanto, não havendo interesse destes em particular da sociedade, os sócios remanescentes pagarão aos herdeiros do sócio falecido a sua quota capital e as partes dos lucros líquidos que deverão ser apurados em balanço social na data do evento.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA: O sócio poderá ser excluído por justa causa, assim determinada pela maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA: Os sócios retirantes, excluídos, falidos e cônjuge supérstite, herdeiros ou legatários de sócio falecido terão seus haveres apurados com base em balanço especialmente levantado, e liquidado em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo a primeira em 90 (noventa) dias da data de resolução.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA: Fica, entretanto facultado, mediante consenso unânime entre os sócios, outras condições de pagamento, desde que não afetem a situação econômica financeira da sociedade.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA: As demais deliberações dos sócios serão tomadas em reunião, condicionadas à aprovação de acordo com o quorum prevista previsto nos artigos 1.072 e 1.076 da Lei 10.406/2002.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA: Em caso de liquidação da sociedade será liquidante o sócio escolhido por deliberação, conforme a cláusula anterior.

Do Foro

E por estar assim justo e acertado, assina o presente instrumento, juntamente com duas testemunhas, em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.